



COMUNICADO

O Secretariado Nacional do SIM e a Comissão Executiva da FNAM reunidos em 18/01/2011, para analisar o actual momento sindical e o ponto da situação negocial, deliberaram:

1 – Desenvolver esforços, numa perspectiva clara de defesa da qualidade do exercício profissional e da actividade assistencial dos serviços de saúde, para concluir, a curto prazo, as negociações em curso com o Governo, a nível dos regulamentos dos concursos e do sistema específico de avaliação do desempenho dos médicos.

2 – Considerar como medida nuclear a criação de uma grelha salarial única na base das 40 h de trabalho semanal.

3 – Recolocar à discussão e negociação a criação dos Centros de Responsabilidade Integrados (CRI) Hospitalares, tendo em conta a experiência já acumulada com as Unidades de Saúde Familiares (USF), no que se refere aos níveis de autonomia da gestão intermédia e a uma política de incentivos em função da concretização dos objectivos institucionais previamente estabelecidos.

4 – Exigir a reabertura do processo negocial relativo à legislação e ao Regulamento do Internato Médico e à participação das duas organizações sindicais médicas nos órgãos nele previstos.

5 – Considerar que a obrigatoriedade de manter os médicos no SNS após a conclusão do Internato da Especialidade, tal como foi apresentado publicamente pelo Governo, constitui matéria do claro âmbito sindical e impõe a abertura imediata de um processo negocial.

6 – Considerar que a enorme carência de médicos nos serviços públicos de saúde impõe a adopção de procedimentos céleres e desburocratizados como pressuposto de salvaguarda da acessibilidade dos cidadãos aos cuidados de saúde.

Nesse sentido, deve ser aplicado ao recrutamento dos jovens médicos o prazo máximo de 3 meses após a conclusão do Internato da Especialidade.

7 – Reflectir sobre o aumento preocupante de médicos sem as adequadas qualificações técnico-científicas a trabalhar nos Centros de Saúde.

As duas organizações sindicais médicas consideram inaceitável esta situação que, aliada ao número crescente de utentes sem médico de família e à transformação dos antigos SAP em “consultas abertas”, sem quaisquer garantias de qualidade assistencial, está a conduzir à desarticulação integral destas importantes unidades de saúde.

8 – Considerar que a nível das urgências hospitalares se verificam profundas assimetrias de regimes de trabalho entre os médicos que tornam as equipas de saúde ingovernáveis.

As más condições de trabalho, a diminuição de número de efectivos das equipas e o recurso à contratação de empresas sem garantia de qualificação adequada dos recursos, suscitam grandes apreensões às duas organizações sindicais médicas e colocam a necessidade inadiável de uma reorganização profunda das urgências hospitalares.

9 – Considerar a necessidade imperiosa de dignificação da saúde pública, nomeadamente proporcionando condições de trabalho e acesso à generalidade das fontes de dados.

Reivindicar a efectiva participação dos Sindicatos na urgente revisão dos diplomas que reorganizaram as Unidades de Saúde Pública (USP) e as competências das Autoridades de Saúde.

Reclamar a clarificação das actuais competências das Autoridades de Saúde de âmbito municipal, assumindo-se que a todos os médicos de saúde pública sejam atribuídas as respectivas competências.

Exigir o reconhecimento de que a disponibilidade permanente destes médicos apenas paga o ónus de estarem sempre disponíveis, devendo ser-lhes reconhecido o pagamento do trabalho extraordinário efectivamente prestado.

10 – As duas organizações sindicais médicas decidiram constituir uma comissão conjunta para acompanhar a integral aplicação da contratação colectiva nas unidades de saúde, dado que na grande maioria dos casos nem sequer aspectos básicos do seu conteúdo estão a ser respeitados, nomeadamente a obrigatoriedade de negociação dos regulamentos internos e dos planos de formação profissional.

11 – Exigir um planeamento dos recursos humanos da Saúde, a longo prazo, que defina, com clareza, as necessidades em termos de Serviços, Unidades e Especialidades Médicas.

Lisboa, 18 de Janeiro de 2011



O Presidente da FNAM
Sérgio Esperança



O Secretário-Geral do SIM
Carlos Arroiz